

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	97
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	100
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	101
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	647.015
Preferenciais	0
Total	647.015
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	5.626.919	5.134.096	3.888.148
1.01	Ativo Circulante	1.768.006	1.686.612	1.520.093
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	111.683	32.462	101.307
1.01.02	Aplicações Financeiras	303.778	296.806	523.316
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	303.778	296.806	523.316
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	303.778	296.806	523.316
1.01.03	Contas a Receber	657.620	734.144	636.289
1.01.03.01	Clientes	657.620	734.144	636.289
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	657.620	734.144	636.289
1.01.04	Estoques	16.973	10.402	9.020
1.01.06	Tributos a Recuperar	356.284	119.578	86.142
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	356.284	119.578	86.142
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	321.668	493.220	164.019
1.01.08.03	Outros	321.668	493.220	164.019
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	5.214	58.889	35.300
1.01.08.03.02	Ativos financeiro setoriais	197.904	309.535	47.052
1.01.08.03.20	Outros créditos	118.550	124.796	81.667
1.02	Ativo Não Circulante	3.858.913	3.447.484	2.368.055
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.843.788	2.545.282	1.604.848
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.492	31.846	34.835
1.02.01.04	Contas a Receber	81.527	47.856	60.364
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	81.527	47.856	60.364
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	24.531
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	24.531
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.738.769	2.465.580	1.485.118
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	55.278	70.406	77.094
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	274.644	558.661	18.541
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	2.148.182	1.599.382	1.251.680
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	134.098	114.734	91.265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.07	Ativos financeiros setoriais	116.370	105.051	29.277
1.02.01.10.20	Outros Créditos	10.197	17.346	17.261
1.02.02	Investimentos	576	533	533
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	576	533	533
1.02.03	Imobilizado	18.232	13.216	10.292
1.02.04	Intangível	996.317	888.453	752.382
1.02.04.01	Intangíveis	996.317	888.453	752.382
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	215.859	207.818	102.830
1.02.04.01.04	Intangíveis	780.458	680.635	649.552

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	5.626.919	5.134.096	3.888.148
2.01	Passivo Circulante	1.299.992	1.199.417	1.189.473
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.883	3.875	2.319
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.883	3.875	2.319
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	6.883	3.875	2.319
2.01.02	Fornecedores	265.917	347.757	325.981
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	265.917	347.757	325.981
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.309	106.049	104.601
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95.309	51.746	42.943
2.01.03.01.20	Outras obrigações federais	95.309	51.746	42.943
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	52.723	60.944
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	1.580	714
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	465.890	374.232	431.216
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	333.862	184.641	232.860
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	333.862	32.666	157.789
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	151.975	75.071
2.01.04.02	Debêntures	132.028	189.591	198.356
2.01.05	Outras Obrigações	465.993	367.504	325.356
2.01.05.02	Outros	465.993	367.504	325.356
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	24.684
2.01.05.02.04	Contribuição de iluminação pública	18.787	28.546	26.349
2.01.05.02.05	Obrigações intrassetorias	34.363	37.617	26.484
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	35.580	36.548	34.174
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	88.479	56.383	831
2.01.05.02.08	Benefício pós-emprego	623	2.322	2.759
2.01.05.02.09	Incorporação de redes	44.504	8.236	5.965
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	134.990	112.862	158.717
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	74.266	19.327	9.257
2.01.05.02.13	Arrendamentos operacionais	709	1.277	2.113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.05.02.20	Outros passivos	33.692	64.386	34.023
2.02	Passivo Não Circulante	3.362.664	3.039.356	1.698.100
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.641.930	2.164.030	1.409.178
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.743.153	1.312.967	714.070
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.147.876	1.077.759	566.134
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	595.277	235.208	147.936
2.02.01.02	Debêntures	898.777	851.063	695.108
2.02.02	Outras Obrigações	569.278	729.434	164.412
2.02.02.02	Outros	569.278	729.434	164.412
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	44.311	35.858	28.557
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	14.464	16.855	18.518
2.02.02.02.05	Benefício pós-emprego	3.903	19.918	31.455
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	31.899	103.756	59.069
2.02.02.02.08	Fornecedores	21.315	20.509	19.970
2.02.02.02.10	Arrendamentos operacionais	1.809	2.355	4.967
2.02.02.02.11	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	450.999	525.926	0
2.02.02.02.20	Outros passivos	578	4.257	1.876
2.02.03	Tributos Diferidos	97.248	63.190	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.248	63.190	0
2.02.04	Provisões	54.208	82.702	124.510
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.208	82.702	124.510
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	807	852	831
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	15.440	42.983	76.289
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	34.228	35.263	43.916
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	3.733	3.604	3.474
2.03	Patrimônio Líquido	964.263	895.323	1.000.575
2.03.01	Capital Social Realizado	616.732	616.732	616.732
2.03.02	Reservas de Capital	120.751	120.379	119.799
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	120.751	120.379	119.799

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.04	Reservas de Lucros	221.931	241.830	316.758
2.03.04.01	Reserva Legal	27.483	68.078	68.078
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	194.448	173.752	248.680
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-75.270	-34.642
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.849	-8.348	-18.072

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.078.414	4.122.038	2.922.119
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.783.782	-2.990.009	-2.156.388
3.03	Resultado Bruto	1.294.632	1.132.029	765.731
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-246.267	-184.734	-220.212
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-220.594	-183.305	-221.069
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.810	30.587	27.531
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.483	-32.016	-26.674
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.048.365	947.295	545.519
3.06	Resultado Financeiro	-240.591	-117.222	-33.463
3.06.01	Receitas Financeiras	174.835	205.189	85.643
3.06.02	Despesas Financeiras	-415.426	-322.411	-119.106
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	807.774	830.073	512.056
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-250.927	-269.258	-169.690
3.08.01	Corrente	-223.667	-186.546	-142.796
3.08.02	Diferido	-27.260	-82.712	-26.894
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	556.847	560.815	342.366
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	556.847	560.815	342.366
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	860,66	866,79	529,16

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	556.847	560.815	342.366
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.197	9.724	-892
4.03	Resultado Abrangente do Período	570.044	570.539	341.474

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	866.205	282.266	763.740
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.249.143	975.445	747.997
6.01.01.01	Lucro do exercício	556.847	560.815	342.366
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	250.927	269.258	169.690
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas	220.297	141.926	133.178
6.01.01.04	Depreciação e amortização	136.727	105.587	100.998
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	66.063	48.786	55.565
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	15.051	4.647	46.880
6.01.01.07	Instrumentos financeiros derivativos	72.243	-45.934	-79.277
6.01.01.08	Marcação a mercado de derivativos	32.180	24.729	-1.901
6.01.01.09	Marcação a mercado de dívida	-26.310	-17.548	1.891
6.01.01.10	Ativo financeiro indenizável da concessão	-95.940	-139.981	-44.129
6.01.01.11	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	20.454	22.328	21.941
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	604	832	795
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-382.938	-693.179	15.743
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-26.086	-164.901	-197.373
6.01.02.02	(Aumento) de estoques	-6.571	-1.382	2.605
6.01.02.03	(Aumento) de tributos a recuperar	-19.274	-16.238	24.824
6.01.02.04	(Aumento) de ativos financeiros setoriais	-183.516	-390.368	-62.574
6.01.02.05	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	1.907	35.099	0
6.01.02.06	Diminuição de cauções e depósitos vinculados	15.128	6.688	6.959
6.01.02.07	Recebimentos Despacho - CONTA COVID	0	0	296.268
6.01.02.08	Valor justo dos títulos cedidos ao FIDC	0	25.066	0
6.01.02.09	(Aumento) diminuição de outros créditos	-26.335	6.151	-28.179
6.01.02.10	(Diminuição) aumento de fornecedores	-91.590	27.963	79.455
6.01.02.11	Aumento de folha de pagamento	3.008	1.556	1.166
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições sociais	93.095	15.776	18.851
6.01.02.13	Imposto de Renda e contribuição social pagos	-198.987	-215.982	-135.520
6.01.02.14	Aumento de obrigações intrasetoriais	11.796	24.555	12.903

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.15	(Diminuição) aumento de obrigações estimadas	-968	2.374	7.362
6.01.02.16	Aumento de passivos financeiros setoriais	131.011	2.719	19.640
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-41.383	-51.717	-38.290
6.01.02.18	(Diminuição) de outras contas a pagar	-44.173	-538	7.646
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-613.029	-218.967	-534.189
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	45.349	240.993	-350.198
6.02.02	Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	-677.453	-474.115	-192.763
6.02.03	Alienação de bens do imobilizado e intangível	19.075	14.155	8.772
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-173.955	-132.144	-187.352
6.03.01	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	910.347	987.641	500.609
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-353.661	-351.425	-449.630
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-178.639	-87.927	-75.169
6.03.04	(Pagamento) recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-44.031	24.250	10.338
6.03.05	Incorporação de rede	-4.222	-853	-485
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-501.476	-701.055	-170.597
6.03.07	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-2.273	-2.775	-2.418
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.221	-68.845	42.199
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	32.462	101.307	59.108
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	111.683	32.462	101.307

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	616.732	120.379	241.830	0	-8.348	970.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-75.270	0	-75.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	616.732	120.379	241.830	-75.270	-8.348	895.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	372	-173.752	-327.724	0	-501.104
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-327.724	0	-327.724
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	372	0	0	0	372
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-173.752	0	0	-173.752
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	556.847	13.197	570.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	556.847	0	556.847
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.197	13.197
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	19.995	19.995
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-6.798	-6.798
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-40.595	40.595	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	27.483	-27.483	0	0
5.06.05	Realização de reservas	0	0	-68.078	68.078	0	0
5.07	Saldos Finais	616.732	120.751	27.483	194.448	4.849	964.263

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	616.732	119.799	316.758	0	-18.072	1.035.217
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-34.642	0	-34.642
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	616.732	119.799	316.758	-34.642	-18.072	1.000.575
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	580	-248.680	-427.691	0	-675.791
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-427.691	0	-427.691
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	580	0	0	0	580
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-248.680	0	0	-248.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	560.815	9.724	570.539
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	560.815	0	560.815
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.724	9.724
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	14.732	14.732
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.008	-5.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	173.752	-173.752	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	173.752	-173.752	0	0
5.07	Saldos Finais	616.732	120.379	241.830	-75.270	-8.348	895.323

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	616.732	119.004	169.672	0	-17.180	888.228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	616.732	119.004	169.672	0	-17.180	888.228
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	795	-112.386	0	0	-111.591
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	795	0	0	0	795
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-112.386	0	0	-112.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.366	-892	341.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.366	0	342.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-892	-892
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-1.351	-1.351
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	459	459
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	259.472	-342.366	0	-82.894
5.06.04	Reserva Legal	0	0	10.792	-10.792	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	248.680	-248.680	0	0
5.06.07	Dividendos	0	0	0	-82.894	0	-82.894
5.07	Saldos Finais	616.732	119.799	316.758	0	-18.072	1.035.217

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	5.742.382	5.714.386	4.266.797
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.138.671	5.281.138	4.099.879
7.01.02	Outras Receitas	6.810	30.587	27.531
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	662.964	451.447	194.952
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-66.063	-48.786	-55.565
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.833.350	-3.061.809	-2.218.938
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.877.346	-2.395.035	-1.773.738
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-233.489	-208.181	-197.800
7.02.04	Outros	-722.515	-458.593	-247.400
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.909.032	2.652.577	2.047.859
7.04	Retenções	-136.727	-105.587	-100.998
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-136.727	-105.587	-100.998
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.772.305	2.546.990	1.946.861
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	183.357	215.191	89.815
7.06.02	Receitas Financeiras	183.357	215.191	89.815
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.955.662	2.762.181	2.036.676
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.955.662	2.762.181	2.036.676
7.08.01	Pessoal	136.954	177.553	167.686
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.477	124.633	114.911
7.08.01.02	Benefícios	53.127	45.164	46.073
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.350	7.756	6.702
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.840.483	1.698.340	1.407.789
7.08.02.01	Federais	1.113.746	949.748	724.511
7.08.02.02	Estaduais	725.523	747.433	682.171
7.08.02.03	Municipais	1.214	1.159	1.107
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	421.378	325.473	118.835
7.08.03.01	Juros	420.205	324.882	119.625
7.08.03.02	Aluguéis	1.173	591	-790
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	327.724	427.691	331.574

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.02	Dividendos	327.724	427.691	331.574
7.08.05	Outros	229.123	133.124	10.792
7.08.05.01	Reserva legal	27.483	0	10.792
7.08.05.02	Dividendos adicionais propostos	194.448	173.752	0
7.08.05.03	Prejuízos acumulados	0	-40.628	0
7.08.05.05	Realização de reserva de lucro	7.192	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2022

Campo Grande, 16 de março de 2022 - A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul”, “EMS” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

➤ A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado de energia elétrica, que resultou na reapresentação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022	2021	Acréscimo
Subestações - nº	111	103	8
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.874	2.681	193
Linhas de transmissão - km	3.936	3.910	26
Redes de distribuição - km	101.430	101.037	393
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	89.957	87.628	2.329
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.726	2.643	83

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Receita operacional bruta	1.414,1	1.608,6	- 12,1	5.796,9	5.727,4	+ 1,2
Receita operacional bruta sem receita de construção ⁽¹⁾	1.288,5	1.455,0	- 11,4	5.138,7	5.278,4	- 2,6
Receita operacional líquida	992,5	1.205,5	- 17,7	4.078,4	4.122,0	- 1,1
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	866,8	1.051,9	- 17,6	3.420,2	3.673,1	- 6,9
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	240,2	270,3	- 11,1	1.048,4	947,3	+ 10,7
EBITDA	278,5	298,4	- 6,6	1.185,1	1.052,9	+ 12,6
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	277,3	293,1	- 5,4	1.089,2	886,6	+ 22,8
Resultado financeiro	(71,7)	(72,9)	- 1,6	(240,6)	(117,2)	+ 105,2
Lucro líquido	122,9	133,1	- 7,7	556,8	560,8	- 0,7
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽³⁾	122,3	129,9	- 5,9	493,5	451,0	+ 9,4
Indicadores Operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	1.105,1	1.084,1	+ 1,9	1.105,1	1.084,1	+ 1,9
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁴⁾	1.015,2	1.130,5	- 10,2	4.228,8	4.375,2	- 3,3
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁴⁾	1.393,0	1.495,1	- 6,8	5.752,8	5.799,3	- 0,8
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	2022		2021 (reapresentado)		Var. %	
Ativo Total	5.626,9		5.134,1		+ 9,6	
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	439,0		361,1		+ 21,6	
Patrimônio líquido	964,3		895,3		+ 7,7	
Endividamento líquido	2.501,5		1.834,1		+ 36,4	

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando os efeitos não recorrentes e não caixa. | (3) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando dos efeitos não recorrentes e não caixa. | (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. Receita operacional

No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta foi de R\$ 1.414,1 milhões, ante R\$ 1.608,6 milhões registrados no 4T21, redução de 12,1% (R\$ 194,5 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida mostrou redução de 17,7% (R\$ 213,0 milhões) no trimestre, para R\$ 992,5 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 30,9 milhões no trimestre. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 835,9 milhões, 16,4% (R\$ 164,5 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. No acumulado do ano, o total foi de R\$ 3.324,3 milhões, redução de 2,6% (R\$ 208,8 milhões) em relação a 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	939,8	1.080,0	- 13,0	3.962,1	3.837,0	+ 3,3
✓ Residencial	455,2	523,6	- 13,1	1.902,3	1.880,4	+ 1,2
✓ Industrial	54,1	61,8	- 12,4	230,0	226,4	+ 1,6
✓ Comercial	204,4	233,9	- 12,6	864,1	816,2	+ 5,9
✓ Rural	114,0	134,4	- 15,1	507,3	496,5	+ 2,2
✓ Outras classes	112,2	126,3	- 11,2	458,3	417,5	+ 9,8
(+) Suprimento de energia elétrica	20,4	42,0	- 51,4	56,5	223,0	- 74,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	26,0	16,6	+ 56,5	10,1	74,2	- 86,4
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	119,4	91,1	+ 31,1	449,0	347,0	+ 29,4
(+) Receita de construção de infraestrutura	125,6	153,5	- 18,2	658,2	449,0	+ 46,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	78,2	102,4	- 23,6	266,0	387,6	- 31,4
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	64,7	56,3	+ 15,0	253,2	222,6	+ 13,8
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	30,9	51,5	- 40,0	95,9	140,0	- 31,5
(+) Outras receitas	9,0	15,1	- 40,7	45,9	47,0	- 2,4
(=) Receita operacional bruta	1.414,1	1.608,6	- 12,1	5.796,9	5.727,4	+ 1,2
(-) Impostos sobre vendas	273,8	297,5	- 8,0	1.122,3	1.179,7	- 4,9
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(3,7)	-	-	(2,7)	-
(-) Encargos setoriais	147,8	109,3	+ 35,3	596,2	428,4	+ 39,2
(=) Receita operacional líquida	992,5	1.205,5	- 17,7	4.078,4	4.122,0	- 1,1
(-) Receita de construção de infraestrutura	125,6	153,5	- 18,2	658,2	449,0	+ 46,6
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	866,8	1.051,9	- 17,6	3.420,2	3.673,1	- 6,9

No comparativo entre os trimestres, a diminuição da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- Na rubrica Receita de energia, além da diminuição de mercado, a diferença entre a tarifa praticada 4T21, com adicional da bandeira tarifária de escassez hídrica, e a tarifa praticada em 2022, sem adicional de bandeira, colaborou para a redução de receita no mercado cativo da distribuidora;
- Redução de R\$ 51,4 milhões no suprimento de energia em virtude da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R\$ 55,70/MWh, ante a média de R\$ 134,63/MWh para o 4T21;
- A conta de Fornecimento não faturado líquido está impactada, por efeitos não recorrentes líquidos, de R\$ 29,7 milhões no 4T22 e R\$ 46,2 milhões no 4T21. Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 61,0 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 1.393,0 GWh redução de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (5.752,8 GWh) da Companhia apresentou queda de 0,8%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora decresceu em 7 dos 12 meses, puxada principalmente pelas classes rural e residencial que direcionaram 60% do resultado. A queda na classe rural (-7,9%) foi influenciada sobretudo pelo efeito da reclassificação decorrente da Resolução 901. Já a Residencial recuou 2,2%, fortemente impactada pelo aumento na utilização de geração distribuída e clima mais ameno. Por outro lado, a classe Industrial cresceu 1,5%, com destaque para produção de alimentos, sobretudo frigoríficos e grãos, seguido por Poder Público (+9,1%), influenciada principalmente pela retomada de atividades escolares, e Comercial (+1,1%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Residencial	492,1	529,9	- 7,1	2.004,7	2.049,6	- 2,2
Industrial	348,4	356,0	- 2,1	1.423,7	1.402,6	+ 1,5
Cativo Industrial	52,8	66,0	- 20,0	237,3	266,0	- 10,8
Livre Industrial	295,6	289,9	+ 1,9	1.186,4	1.136,6	+ 4,4
Comercial	254,9	282,8	- 9,9	1.085,6	1.073,4	+ 1,1
Cativo Comercial	200,7	232,5	- 13,7	854,1	883,9	- 3,4
Livre Comercial	54,2	50,3	+ 7,7	231,5	189,5	+ 22,2
Rural	128,6	150,2	- 14,3	567,7	616,3	- 7,9
Cativo Rural	125,2	146,8	- 14,7	554,2	604,1	- 8,3
Livre Rural	3,4	3,4	+ 1,8	13,5	12,1	+ 11,5
Outros	169,0	176,3	- 4,2	671,1	657,4	+ 2,1
Cativo Outros	144,3	155,3	- 7,1	578,6	571,6	+ 1,2
Livre Outros	24,6	21,0	+ 17,2	92,5	85,8	+ 7,8
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.015,2	1.130,5	- 10,2	4.228,8	4.375,2	- 3,3
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	377,8	364,6	+ 3,6	1.524,0	1.424,1	+ 7,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.393,0	1.495,1	- 6,8	5.752,8	5.799,3	- 0,8
4 Fornecimento não faturado	63,2	63,4	- 0,4	-10,2	5,3	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.456,2	1.558,6	- 6,6	5.742,6	5.804,6	- 1,1

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.105.062 unidades consumidoras cativas, número 1,9% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 398 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia registrou no 4T22 um índice de 11,44%. Na comparação com dezembro de 2021, o resultado foi 0,88 ponto percentual menor e na comparação com o trimestre anterior (3T22) o indicador registrou aumento de 0,06 ponto percentual. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório, com distância de 1,4 ponto percentual, refletindo o resultado do plano de investimento e das ações estruturantes de combate as perdas da empresa.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
9,94	9,50	8,67	2,38	1,88	2,77	12,32	11,38	11,44	12,84 

Perdas técnicas			Perdas não-técnicas			Perdas totais			Var. (%)
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
686,0	667,0	603,2	164,5	132,2	192,5	850,6	799,1	795,7	- 0,4

(1) Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3. Gestão da inadimplência

3.3.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p.p.
EMS	1,50	1,17	+ 0,33

O aumento da PPECLD na EMS em 2022 ocorreu devido ao provisionamento de pequena parte dos acordos, realizados durante o período de pandemia, não adimplidos no 1T22.

3.3.2. Taxa de arrecadação

Na companhia, a melhoria da arrecadação ocorre em decorrência da melhoria do processo de cobrança e pela lei Estadual 5.808, implementada em Jan/22, em que o estado realiza o pagamento da fatura de clientes baixa renda com consumo até 220 kWh.

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p. p.
EMS	97,47	96,99	+ 0,49

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia obteve redução de 0,45 horas no DEC e aumento de 0,04 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Distribuidoras Janela móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var.(%)	dez/22	dez/21	Var.(%)		
EMS	9,77	10,22	- 4,4	4,26	4,22	+ 0,9	11,13 	7,52 

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 Reapresentado	Var. %	2022	2021 Reapresentado	Var. %
EMS	64,7	56,3	+ 15,0	253,2	222,6	+ 13,8

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 626,6 milhões no 4T22, redução de 19,8% (R\$ 155,0 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	435,8	621,3	- 29,8	1.710,0	2.178,1	- 21,5
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	348,2	547,9	- 36,5	1.379,0	1.881,9	- 26,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	87,7	73,4	+ 19,5	331,0	296,2	+ 11,7
2 Custos e despesas controláveis	148,2	124,4	+ 19,1	499,5	440,6	+ 13,4
2.1 PMSO	137,1	143,8	- 4,7	418,0	438,9	- 4,8
2.1.1 Pessoal e administradores	57,9	71,9	- 19,4	158,7	196,5	- 19,2
2.1.2 Benefício pós-emprego	1,2	1,5	- 22,3	4,2	4,5	- 5,3
2.1.3 Material	8,3	8,5	- 2,5	31,8	28,7	+ 11,0
2.1.4 Serviços de terceiros	59,6	52,1	+ 14,4	195,4	175,9	+ 11,1
2.1.5 Outras	10,1	9,8	+ 3,1	27,8	33,4	- 16,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,7	0,4	+ 94,7	3,3	1,1	+ 206,2
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	5,0	-	-	17,8	-
✓ Outros	9,3	4,4	+ 112,2	24,5	14,5	+ 69,1
2.2 Provisões/Reversões	11,1	(19,3)	-	81,4	1,7	+ 4.644,7
2.2.1 Contingências	0,9	(21,3)	-	15,4	(47,1)	-
2.2.2 Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	10,2	2,0	+ 416,6	66,1	48,8	+ 35,4
3 Demais receitas/despesas	42,6	35,9	+ 18,8	162,4	107,0	+ 51,8
3.1 Amortização e depreciação	38,3	28,0	+ 36,7	136,7	105,6	+ 29,5
3.2 Outras receitas/despesas	4,3	7,8	- 45,3	25,7	1,4	+ 1.697,8
Total Custos e despesas operacionais (1+2+3, s/ custo de construção de infraestrutura)	626,6	781,6	- 19,8	2.371,9	2.725,8	- 13,0
Custo de construção de infraestrutura (*)	125,6	153,5	- 18,2	658,2	449,0	+ 46,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	752,3	935,1	- 19,6	3.030,0	3.174,7	- 4,6

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 59,1 milhões, redução de 19,5% (R\$ 14,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) Redução de R\$ 12,1 milhões pela reclassificação das indenizações trabalhistas que passaram a ser contabilizadas em outras despesas, na provisão para contingências judiciais desde o 1T22;
- (ii) Queda de R\$ 7,8 milhões na rubrica em função de maior nível de capitalização, em linha com os investimentos;
- (iii) Acréscimo de R\$ 4,1 milhões em remuneração, encargos sociais e benefícios.

✓ Despesas com materiais e serviços de terceiros

Para atendimento ao Manual Contábil do Setor Elétrico (MCSE), a partir do mês de julho/22, as rubricas de Publicações e Registros Legais, Veiculação de Informação ao Consumidor, Reprografia, e Telecom foram realocadas da natureza Serviços para a natureza Outros.

No trimestre, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R\$ 67,9 milhões, acréscimo de 12,1% (R\$ 7,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) Aumento de R\$ 6,0 milhões nas despesas com manutenção corretiva e preventiva;
- (ii) Acréscimo em R\$ 1,5 milhão em despesas com consultoria e auditoria externa.

Em 2022, as despesas com materiais e serviços totalizaram R\$ 227,2 milhões, acréscimo de 11,1% (R\$ 22,7 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 10,1 milhões, aumento de 3,1% (R\$ 0,3 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) Redução de R\$ 5,0 milhões de indenizações cíveis e fiscais em função da reclassificação para contingências;
- (ii) Reclassificação de R\$ 2,4 milhões de despesas com TI/Telecom e Publicações e reprografia, advindas da natureza de Serviços;
- (iii) Aumento de R\$ 1,6 milhão nas despesas diversas como: patrocínios e doações, frota, multas e seguros.

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 27,8 milhões, redução de 16,6% (R\$ 5,5 milhões).

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

O PPECLD alcançou R\$ 10,2 milhões no trimestre, incremento de R\$ 8,2 milhão no trimestre em função do 4T22 conter provisões de PPECLD e de Incobráveis maiores do que as reversões registradas no período.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 122,9 milhões, 7,7% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$	2022	2021 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	122,9	133,1	- 7,7	(10,2)	556,8	560,8	- 0,7	(4,0)
(-) VNR	20,4	34,0	- 40,0	(13,6)	63,3	92,4	- 31,5	(29,1)
(=) Lucro líquido ajustado	102,5	99,1	+ 3,4	3,4	493,5	468,4	+ 5,4	25,1
Efeitos não recorrentes	19,8	30,8	- 35,7	(11,0)	-	17,4	-	(17,4)
(+) Receita não-faturada ⁽¹⁾	19,8	30,8	- 35,7	(11,0)	-	-	-	-
(-) FIDC	-	-	-	-	-	17,4	-	(17,4)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	122,3	129,9	- 5,9	(7,6)	493,5	451,0	+ 9,4	42,5

⁽¹⁾ Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 40,6 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 122,3 milhões, R\$ 7,6 milhões menor que o registrado no mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o lucro líquido ajustado recorrente seria de R\$ 451,0 milhões, aumento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA totalizou R\$ 278,5 milhões no trimestre, redução de 6,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, o crescimento foi de 12,6% em relação a 2021, totalizando R\$ 1.185,1 milhões.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$	2022	2021 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	278,5	298,4	- 6,6	(19,8)	1.185,1	1.052,9	+ 12,6	132,2
(-) VNR	30,9	51,5	- 40,0	(20,6)	95,9	140,0	- 31,5	(44,0)
(=) EBITDA ajustado	247,6	246,8	+ 0,3	0,8	1.089,2	912,9	+ 19,3	176,3
Efeitos não recorrentes	29,7	46,2	- 35,7	(16,5)	-	26,3	-	(26,3)
(+) Receita não-faturada ⁽¹⁾	29,7	46,2	- 35,7	(16,5)	-	-	-	-
(-) FIDC	-	-	-	-	-	26,3	-	(26,3)
(=) EBITDA ajustado recorrente	277,3	293,1	- 5,4	(15,7)	1.089,2	886,6	+ 22,8	202,6

⁽¹⁾ Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 61,0 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 277,3 milhões, R\$ 15,7 milhões menor que o mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o EBITDA ajustado recorrente seria de R\$ 886,6 milhões, 22,8% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em 2022, totalizou R\$ 634,3 milhões em dezembro, frente aos R\$ 692,4 milhões registrados em setembro. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montantes positivos de R\$ 195,4 milhões em dezembro, contra R\$ 182,9 milhões em setembro de 2022.

Em 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais foi de R\$ 2.501,5 milhões em dezembro, contra R\$ 2.357,2 milhões em setembro.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

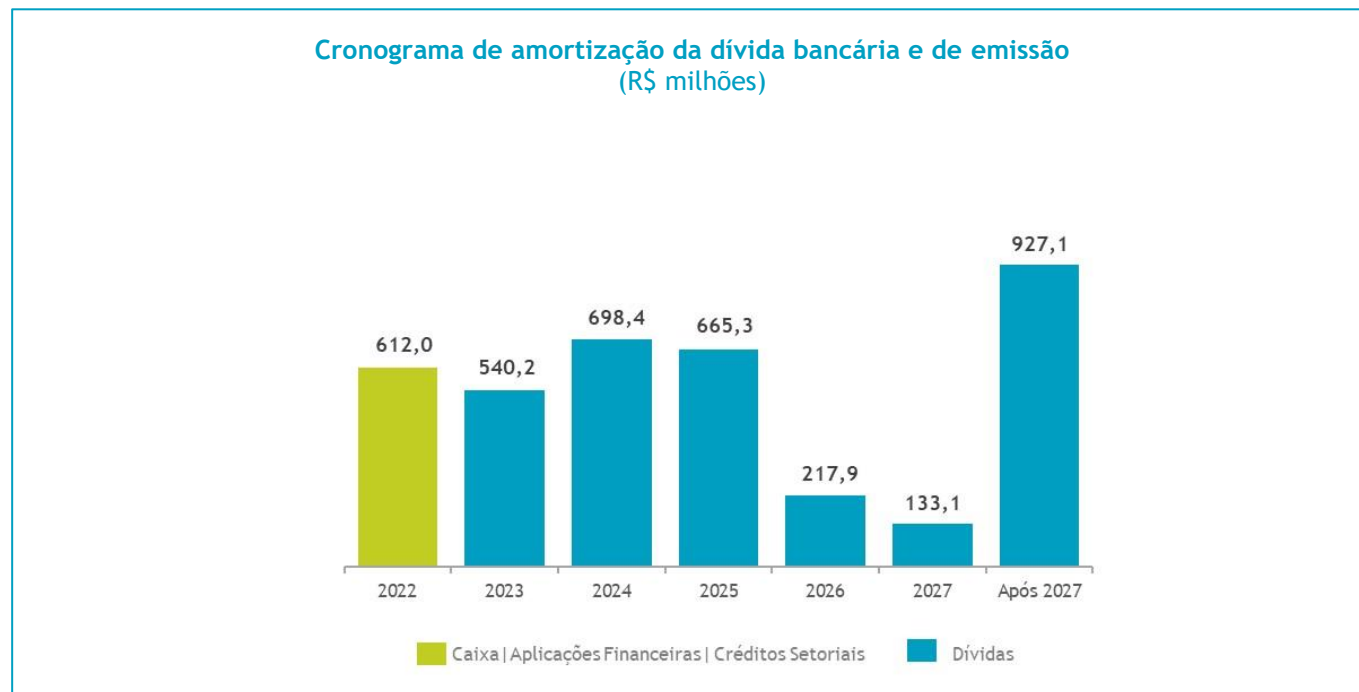
Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022
Circulante	624,0	646,4	487,6
Empréstimos e financiamentos	333,9	333,3	184,0
Debêntures	132,0	192,1	178,7
Encargos de dívidas	74,3	48,5	31,4
Benefícios pós-emprego	0,6	2,3	2,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	83,3	70,1	91,2
Não Circulante	2.511,7	2.403,2	2.094,8
Empréstimos e financiamentos	1.743,2	1.600,1	1.355,9
Debêntures	898,8	897,8	863,5
Benefícios pós-emprego	3,9	21,7	21,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(134,1)	(116,3)	(145,6)
Total das dívidas	3.135,8	3.049,6	2.582,5
(-) Disponibilidades financeiras	439,0	509,6	293,2
✓ Caixa e equivalentes de caixa	111,7	35,9	38,4
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	327,3	473,7	254,9
Total das dívidas líquidas	2.696,8	2.540,0	2.289,2
(-) Créditos CDE	48,0	46,2	42,1
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	147,4	136,6	149,5
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.501,5	2.357,2	2.097,7

⁽¹⁾ Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo elétrico	112,1	150,7	- 25,6	701,5	466,4	+ 50,4
Obrigações especiais ^(*)	16,3	9,0	+ 81,4	106,4	43,8	+ 143,2
Ativo não elétrico	6,5	1,7	+ 280,7	25,0	5,4	+ 363,9
Total dos Investimentos	135,0	161,4	- 16,4	832,9	515,5	+ 61,6

(*) As "Obrigações especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

8. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais com base no balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$194.446.355,02. Os dividendos serão pagos a partir de 30 de março de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Gestão de pessoas

A Energisa Mato Grosso do Sul contabilizava um total de 2.613 colaboradores, sendo 1.370 empregados diretos e 1.243 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022 o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador.

A empresa investe no desenvolvimento profissional das equipes de campo a futuros líderes e liderança. Em 2022 foram promovidas a média de 56 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 25 horas em áreas administrativas e 8 horas em cargos gerenciais. Estes líderes participaram de um processo de formação e aprimoramento com foco nos comportamentos alinhados aos valores Energisa.

Através da ferramenta Pulses, desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios. Buscando assim a garantia de um ambiente de trabalho saudável para toda a empresa, que garantiu a 3ª colocação como melhor empresa para trabalhar da região Centro-Oeste, de acordo com o ranking GPTW (Great Place to Work).

10. Saúde e segurança

E, diante do Valor VIDA, a Energisa Mato Grosso do Sul reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguindo o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar rapidamente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 8,66 (5,25 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 2.346,81, em 2021, para 57,72.

11. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Mato Grosso do Sul. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2022, iniciamos um Projeto de Geração de Renda em conjunto com a Casa da Solidariedade (Campo Grande - MS), onde apoiamos projetos que ensinam mulheres a confeccionarem bolos e salgados e poderem empreender. Realizamos um projeto de educação ambiental com a comunidade do Bairro Jardim Ouro Preto em Campo Grande.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 12,28 milhões em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 8.142 unidades consumidoras e permitiram economizar 4.111 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 1,7 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e/ou fluorescentes compactas por lâmpadas LED, doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), instalação de fonte incentivada, teatro, cinema e palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano de 2022, foram substituídos 117 refrigeradores ineficientes para consumidores de baixa renda e mais de 28.370 lâmpadas ineficientes trocadas por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descontaminação, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Em parceria com as prefeituras dos municípios de Bandeirantes, Itaquiraí, Paranhos, São Gabriel do Oeste e Sete Quedas, realizou a troca de 773 luminárias com lâmpadas convencionais por luminárias de LED. O investimento proporcionará uma economia de 477,21 MWh/ano.

O Programa de Eficiência Energética também realizou projetos de eficiência energética na Associação de Moradores da Coopavila II, na Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, na Base Naval de Ladário, na Agência de Previdência do MS - AGEPREV, na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, na Garras - Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Banco, Assaltos e Sequestros, nas E.E. Lúcia Martins Coelho e E.E. Dr. Arthur de Vasconcellos Dias, na Praça Esportiva Belmar Fidalgo, no Centro Estadual de Educação Profissional Hércules Maymone e na Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí. O investimento proporcionará uma economia de 1.306,54 MWh/ano.

11.2. Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos.

Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação.

Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Nesse sentido, em 2022, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, R\$ 750 mil para 3 iniciativas culturais. Importante destacar o patrocínio ao Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, projeto que será executado em 2023 oferecendo a 500 crianças e adolescentes, no contraturno escolar, aulas teóricas e práticas voltadas para a formação em dança, música, idiomas e tecnologia audiovisual.

A Companhia apoiou o projeto e realizou doações e insumos para a realização dos cursos de bolos e salgados. O curso já atendeu 200 mulheres. Em 2022, formou três turmas. O projeto tem empoderado muitas mulheres do bairro. As alunas, que antes viviam em situação de vulnerabilidade social e dependiam de cestas básicas, aprenderam a produzir bolos e salgados, comercializaram, e hoje possuem uma nova fonte de renda.

Em 2022, a empresa contribuiu com mais de R\$800 mil em ações sociais. Foram doados R\$125 mil para o Fundo do Idoso e o mesmo valor para o Fundo da Infância e Adolescência. No mesmo ano, foram disponibilizados R\$500 mil em incentivos à cultura.

Além destas, a Energisa Mato Grosso do Sul desenvolve diversas ações filantrópicas ao longo do ano, entre elas a arrecadação de cobertores, doação de brinquedos, eventos sociais em bairros e instituições. Ainda estimula o voluntariado e convida os funcionários a participarem das ações sociais no horário do expediente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Mato Grosso do Sul assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Realizadas ações de redução de consumo próprio, como desligar iluminação de jardins, letreiros, corredor sem circulação constante de pessoas, com iluminação alternada de luminárias, temporizador de iluminação nos banheiros, retirada da tomada de televisores, micro-ondas, cafeteiras. Para os consumidores, foram feitas campanhas nas mídias informando sobre redução de consumo, uso eficiente de energia elétrica, com uso dos veículos do projeto Nossa Energia, de eficiência energética, para levar informação às comunidades e escolas.

Emissões atmosféricas/ Mudanças climáticas: Os veículos passam por manutenção regular para controlar emissões. É mantido convênio com o Sest/Senat que, por amostragem, realiza análise da fumaça dos veículos. A distribuidora possui um veículo elétrico e analisa a aquisição de um caminhão elétrico.

Biodiversidade: Doação de mudas para prefeituras, escolas e bairros. Revitalização de Centro Educacional Ambiental Anhanduí e Parque Linear do Segredo. Plantio de mais de 2 mil mudas, em compensação ambiental de supressão realizada.

Água e efluentes: Tratamento da água no poço artesiano da sede administrativa, análise mensal da qualidade da água, assim como da qualidade de saída da ETE (efluente).

Resíduos: Contratada empresa que realiza a destinação final de resíduos perigosos. Para baterias é utilizada logística reversa, pneus com destinação final e contrato para venda de sucatas.

12. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2022 foi de R\$ 375 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

13. Eventos subsequentes

13.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

13.2. Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

13.3. Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

13.4. Emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023, os recursos em sua totalidade foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora.

13.5. Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$194.448, equivalentes a R\$300,52816756704700 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 16 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 15 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 28 de agosto de 1981. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”) e possui sede na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul. Sua área de concessão abrange 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.105.458 consumidores em 74 municípios.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder Concedente.

O contrato de concessão de distribuição contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual-infraestrutura em construção e a receita de construção, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 25, respectivamente.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III - Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV - Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado
- VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível
- VII - Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- VIII - Nota explicativa nº 26 - Custo de energia elétrica comprada para revenda;
- IX - Nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X - Nota explicativa nº 31 - Benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros e operações de *hedge***

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem,

Notas Explicativas

em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 30.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionária e o ativo de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Notas Explicativas

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiro ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “*Swap*”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 30, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos

Notas Explicativas

homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13.

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão
- h. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de

Notas Explicativas

operar na sua plenitude;

- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;
- j. **Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo são ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
 - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
 - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;
- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);
- l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Notas Explicativas

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso - tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- n. **Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros.

A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos a medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

Notas Explicativas

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

- t. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

Notas Explicativas

- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 37	Contrato Oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-20220	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29,	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.3. Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia procedeu a correção de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e das demonstrações da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 16 de março de 2022, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue:

- (a) correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado; e
 (b) apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima.

Balanço patrimonial	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Consumidores e concessionárias (a)	860.271	(126.127)	734.144	694.527	(58.238)	636.289
Tributos a recuperar (b)	81.521	38.057	119.578	68.456	17.686	86.142
Ativo circulante	1.774.682	(88.070)	1.686.612	1.560.645	(40.552)	1.520.093
Ativo Total	5.222.166	(88.070)	5.134.096	3.928.700	(40.552)	3.888.148

Notas Explicativas

Passivo

Impostos e contribuições sociais (b)	117.716	(11.667)	106.049	109.988	(5.387)	104.601
Encargos setoriais (a)	38.274	(657)	37.617	26.787	(303)	26.484
Passivo circulante	1.211.741	(12.324)	1.199.417	1.195.163	(5.690)	1.189.473
Encargos setoriais (a)	17.331	(476)	16.855	18.738	(220)	18.518
Passivo não circulante	3.039.832	(476)	3.039.356	1.698.320	(220)	1.698.100
(Prejuízos) acumulados (a) e (b)	-	(75.270)	(75.270)	-	(34.642)	(34.642)
Patrimônio Líquido (a) e (b)	970.593	(75.270)	895.323	1.035.217	(34.642)	1.000.575
Passivo Total	5.222.166	(88.070)	5.134.096	3.928.700	(40.552)	3.888.148

Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida (a) e (b)	4.183.037	(60.999)	4.122.038
Lucro bruto (a) e (b)	1.193.028	(60.999)	1.132.029
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos (a) e (b)	1.008.294	(60.999)	947.295
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	891.072	(60.999)	830.073
Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	(206.917)	20.371	(186.546)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	929,59	(62,80)	866,79

Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815
Total de outros resultados abrangentes do exercício	611.167	(40.628)	570.539

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) e (b)	1.035.217	(34.642)	1.000.575
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815
Total do patrimônio líquido (a) e (b)	970.593	(75.270)	895.323

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	5.349.028	(67.889)	5.281.139
Valor adicionado bruto	2.720.467	(67.889)	2.652.578
Valor adicionado líquido	2.614.880	(67.889)	2.546.991
Valor adicionado total a distribuir	2.830.071	(67.889)	2.762.182
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (b)	548.049	(26.651)	521.398
Obrigações intrasetoriais (a)	428.961	(610)	428.351
Remunerações de capitais próprios			
Prejuízos acumulados (a) e (b)	0	(40.628)	(40.628)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	601.443	(40.628)	560.815
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	289.629	(20.371)	269.258
(Aumento) de consumidores e concessionárias (a)	(232.790)	67.889	(164.901)
Aumento de impostos e contribuições sociais (b)	(16.238)	-	(16.238)

Notas Explicativas

(Diminuição) aumento de outras contas a pagar (b)	22.056	(6.280)	15.776
---	--------	---------	--------

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 94,1% do CDI (85,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	47.760	32.462
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Compromissada	63.923	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	111.683	32.462

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, LFT, Nota do Tesouro Nacional (NTNF, NTN), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 100,2% do CDI (117,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	688	251
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	77.951	17.151
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	-	2.684
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4.701	146
Compromissadas	3.075	-
Fundo Multimercado	806	3.138
Fundo de Renda Fixa	187.984	80.902
Letra financeira do Tesouro (LFT)	14.183	88.707
Letra financeira (LFNP)	35	-
Letra financeira (LF)	13.791	34.541
Letra financeira (LFP)	-	378
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	-	5.944
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	564	59.842
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	3.122

Notas Explicativas

Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽³⁾	23.492	31.846
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	327.270	328.652
Circulante	303.778	296.806
Não circulante	23.492	31.846

- ⁽¹⁾ Fundos de investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 109,3% (94,5% a 152,7% em 2021) e média ponderada 85,5% do CDI (96,1% em 31 de dezembro de 2021).
- ⁽²⁾ Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LFNP, LF, LFP, LTN, NTNB e NTNf são remuneradas 102,9% do CDI Fundo BB Energisa, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 108,1% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (107,0% em 31 de Dezembro de 2021) do CDI Fundo FI Energisa, 102,6% (117,3% em 31 de Dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata e (127,8% em 31 de Dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases.
- ⁽³⁾ Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.
- ⁽⁴⁾ Inclui R\$94.337 (R\$49.248 em 2021) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos e outros.

	2022	2021
Bloqueios judiciais	2.009	1.840
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	23.492	31.846
Programa Luz para todos	68.147	15.333
Outros	689	229
Total	94.337	49.248

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021 (reapresentado)
Valores correntes:									
Residencial	97.389	-	66.520	12.163	2.058	5.040	(21.490)	161.680	180.357
Industrial	16.606	-	3.508	233	405	4.093	(4.119)	20.726	20.650
Comercial	40.429	-	16.644	2.323	1.518	5.581	(7.126)	59.369	58.399
Rural	16.376	-	9.918	2.591	5.492	1.873	(1.957)	34.293	43.229
Poder público	20.604	-	795	51	14	33	(33)	21.464	22.793
Iluminação pública	9.243	-	354	32	-	82	(82)	9.629	11.517
Serviço público	10.548	-	39	-	1	4	(4)	10.588	11.387
Fornecimento não faturado	279.219	-	-	-	-	-	(342)	278.877	269.154
Arrecadação Processo Classificação	(526)	-	-	-	-	-	-	(526)	4.588
Valores renegociados:									0
Residencial	8.832	31.872	7.710	4.654	4.491	17.517	(43.226)	31.850	55.044
Industrial	622	2.168	259	171	237	1.781	(3.409)	1.829	1.884
Comercial	4.052	47.906	1.815	907	1.405	5.468	(11.027)	50.526	48.871
Rural	1.349	10.499	1.036	536	732	1.352	(10.578)	4.926	8.275
Poder público	978	9.837	5	-	-	34	(34)	10.820	11.452
Iluminação pública	637	774	105	-	-	7	(7)	1.516	362
Serviço público	20	261	1	-	-	225	(225)	282	139

Notas Explicativas

(-) Ajuste valor Presente ⁽¹⁾	(370)	(23.905)	-	-	-	-	-	(24.275)	(21.399)
Subtotal -consumidor	506.008	79.412	108.709	23.661	16.353	43.090	(103.659)	673.574	726.702
Suprimento Energia Nacional ⁽³⁾	12.583	-	-	-	-	1.010	-	13.593	24.848
Outros ⁽⁴⁾	15.234	-	-	-	-	37.116	(370)	51.980	30.450
Total	533.825	79.412	108.709	23.661	16.353	81.216	(104.029)	739.147	782.000
Circulante								657.620	734.144
Não circulante								81.527	47.856

(1) **Ajuste a Valor Presente** - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

(2) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)** - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	88.791	139.779
Provisões liquidas constituídas no exercício	66.063	(13.032)
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(50.825)	(37.956)
Saldos em 2022 e 2021	104.029	88.791

(3) Suprimento de Energia - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Composição dos saldos da CCEE	2022	2021
Créditos a vencer	12.583	22.549
Créditos vinculados a liminares ⁽¹⁾	1.010	2.299
Subtotal créditos CCEE	13.593	24.848
(-) Aquisições de Energia na CCEE ^(*)	(13.572)	(21.036)
(-) Encargos de serviços de sistema ^(*)	(277)	(91.720)
Total débitos CCEE	(256)	(87.908)

(*) nota explicativa nº 17

(1) **Créditos vinculados a liminares** - os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercados Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(2) **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$28.335 (R\$20.016 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2022	2021 (reapresentado)

Notas Explicativas

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	76.504	44.661
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	31.715	55.869
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	19.179	19.549
Contribuições ao PIS e COFINS	41.427	23.455
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	458.898	531.498
Outros	3.205	3.207
Total	630.928	678.239
Circulante	356.284	119.578
Não circulante	274.644	558.661

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$458.898 (R\$531.498 em 2021) e de obrigações de R\$450.999 (R\$525.926 em 2021), nota explicativa nº 21, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 11 de março de 2022). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$ 44.843 (R\$ 116.721 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 31 de março de 2021. Em 14 de julho de 2022, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de Pis e Cofins, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em julho de 2022 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas em 2022 foram de R\$ 117.443.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

8.1. Reajuste tarifário

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.021, de 12 de abril de 2022, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 16 de abril de 2022, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 18,16%.

8.2. Revisão tarifária

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Em 03 de abril de 2018 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.380 e Nota Técnica nº 65/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão

8.3. Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

Em 26 de julho de 2022 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.074 e Nota Técnica nº 138, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária em conformidade com o disposto na Lei nº 14.385, de 27 de junho de 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS / COFINS.

Essa revisão tarifária extraordinária utiliza os créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pela Companhia para reduzir a base de cálculo das contribuições. A ação foi julgada e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal em 14 de julho de 2022, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. A nova tarifa entra em vigor a partir de 27 de julho de 2022.

Notas Explicativas

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, já havia sido antecipado parte do valor, mesmo sem habilitação do crédito pela RFB. Assim, neste RTE está sendo considerado o valor referente ao restante dos nove meses futuros até o próximo processo tarifário em abril/23, com os seguintes impactos na tarifa:

Efeito Médio RTE	Alta tensão (AT)	Baixa tensão (BT)
-1,30%	-1,27%	-1,31%
Créditos de PIS/COFINS (antecipado na RTA)	Créditos de PIS/COFINS (RTE)	Total
101.000	50.740	151.740

8.4. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica e novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2022	2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril ⁽¹⁾	Escassez Hídrica / Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Escassez Hídrica

Notas Explicativas

Dezembro

Verde

Escassez Hídrica

⁽¹⁾ Vide tópico da bandeira de escassez hídrica.

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que vigorou no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

8.5. Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício de 2021 foram apurados R\$ 35.478 em bônus de redução voluntária do consumo repassados aos consumidores durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possuía R\$410 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante e R\$998 como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante.

8.6. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem alinhada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

Notas Explicativas

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência; e
3. Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho 2.168/2022 a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um saldo ativo de R\$9.726 (R\$3.100 em 2021).

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$197 e R\$ 6.823, de atualização financeira credora, registrado no resultado financeiro.

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2021	Receita Operacional		Resultado financeiro		Transferência	Saldo em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração							
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	63.432 (106.937)		253	5.816	(9.628)	(47.064)	-		(47.064)	(34.383)	(12.681)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de	1.429	7.033	(2.251)	197	(5.848)	560	-		560	409	151

Notas Explicativas

Energia - PROINFA											
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	54.831	49.620	(20.378)	61	(46.041)	38.093	-	38.093	27.829	10.264	
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	231	2.964	33	42	43	3.313	-	3.313	2.420	893	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	51.621	(3.873)	2.300	(20.605)	29.443	-	29.443	21.510	7.933	
Encargo de Serviços de Sistema ESS ⁽²⁾	180.343	(77.787)	(52.628)	(3.184)	(130.308)	(83.564)	-	(83.564)	(61.048)	(22.516)	
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽³⁾	-	(12)	-	-	-	(12)	-	(12)	(12)	-	
Componentes financeiros											
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	3.100	174.825	26.477	10.830	898	216.130	-	216.130	157.895	58.235	
Neutralidade da Parcela A ⁽⁵⁾	3.849	28.634	1.110	816	1.908	36.317	-	36.317	26.531	9.786	
CUSD	270	124	331	(13)	(178)	534	-	534	390	144	
Exposição de submercados	12.613	(142)	(2.429)	135	(10.384)	(207)	-	(207)	(151)	(56)	
Garantias financeiras ⁽⁶⁾	558	559	(172)	39	(478)	506	-	506	370	136	
Saldo a compensar ⁽⁷⁾	4.079	26.165	(1.379)	592	(4.482)	24.975	-	24.975	18.246	6.729	
Outros financeiros ⁽⁹⁾	89.851	(33.912)	113.760	9.842	(84.291)	95.250	-	95.250	37.898	57.352	
Total ativo	414.586	122.755	58.854	27.473	(309.394)	314.274	-	314.274	197.904	116.370	

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização							
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	-	-	28.669	-	(46.041)	(17.372)	(17.372)	-	(17.372)	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	3.990	-	(5.848)	(1.858)	(1.858)	-	(1.858)	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	132	-	(154)	-	43	21	21	-	21	-
Energia elétrica comprada para revenda	44.282	-	(29.303)	-	(9.628)	5.351	5.351	-	5.351	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.082	-	4.123	-	(20.605)	(3.400)	(3.400)	-	(3.400)	-
Encargo de Serviços de Sistema ESS ⁽²⁾	-	-	121.518	-	(130.308)	(8.790)	(8.790)	-	(8.790)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽⁴⁾	2.254	-	(3.349)	-	1.908	813	813	-	813	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁵⁾	58.969	-	(37.299)	-	898	22.568	22.568	-	22.568	-
CUSD	693	-	(215)	-	(178)	300	300	-	300	-
Exposição de submercados	-	-	8.707	-	(10.384)	(1.677)	(1.677)	-	(1.677)	-
Garantias financeiras ⁽⁶⁾	-	-	338	-	(478)	(140)	(140)	-	(140)	-
Saldo a compensar ⁽⁷⁾	-	-	3.418	-	(4.482)	(1.064)	(1.064)	-	(1.064)	-
Devoluções tarifárias ⁽⁸⁾	81.327	25.850	-	11.211	-	118.388	-	118.388	86.489	31.899
Outros financeiros ⁽⁹⁾	15.879	-	122.161	-	(84.291)	53.749	53.749	-	53.749	-
Total Passivo	216.618	25.850	222.604	11.211	(309.394)	166.889	48.501	118.388	134.990	31.899
Saldo Líquido	197.968	96.905	(163.750)	16.262	-	147.385	(48.501)	195.886	62.914	84.471

⁽¹⁾ **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da

Notas Explicativas

diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;
- (3) **Bandeiras tarifárias CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias em 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$39.878 (R\$2.733 em 2021);

- (4) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
- (5) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;
- (6) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;
- (7) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (8) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP) iniciado em novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);

Os valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias em 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$39.878 (R\$2.733 em 2021);

- (9) **Outros financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia recebeu R\$1.907 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para a concessionária foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$178.676, dos quais R\$10.120 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$25.039 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$143.517 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Créditos do PIS e COFINS - no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente às ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da Companhia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$151.740, sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R\$117.443.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por

Notas Explicativas

suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE n° 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$ 74.743. Conforme Despacho 1.959/2022.

10. Outros créditos

	2022	2021
Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾	15.002	10.802
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	32.972	23.099
Bônus - Reembolso Fundo CDE ⁽³⁾	410	35.478
Adiantamentos a empregados	5.902	6.995
Adiantamentos a fornecedores	1.976	366
Dispêndios a reembolsar	996	996
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	18.920	20.167
Outras ordens em curso	5.832	2.213
Padrão baixa renda	3.259	3.259
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁴⁾	14.589	8.596
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽⁵⁾	3.858	5.585
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA	(1.627)	(1.725)
Fundos Patronais dos planos de Previdência ⁽⁶⁾	7.808	14.333
Créditos a receber de terceiros e alienação de bens e direitos ⁽⁷⁾	11.424	6.541
Outros créditos a receber	7.426	4.437
Total	128.747	142.142
Circulante	118.550	124.796
Não circulante	10.197	17.346

- ⁽¹⁾ **Subvenção Baixa Renda** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2022, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - circulante	10.802	9.529
Subvenção Baixa Renda	80.213	61.956
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(76.013)	(60.683)
Saldos em 2022 e 2021 - circulante	15.002	10.802

- ⁽²⁾ **Subvenção CDE desconto tarifário** - refere-se aos recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do período, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorridas no exercício:

	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - circulante	23.099	14.998
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural aplicados na tarifa	173.006	160.649

Notas Explicativas

Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(163.133)	(152.548)
Saldos em 2022 e 2021 - circulante	32.972	23.099

(3) nota explicativa nº 8.5.

(4) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

(5) **Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se a créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A. realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensavam, que quitou perante as Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do montante inicial da negocial, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034, cujo saldo atualizado é de R\$5.613 (R\$5.585 em 2021).

(6) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo Previdenciário Patronal** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora.

(7) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (64,01% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Rede Energia Participações S/A		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
• Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾ ;	EMR	Distribuição de energia
• Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
• Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
• Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding e Geração distribuída
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar

Notas Explicativas

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviço

Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:

· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

(1) Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG")), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF").

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços Contratados (Despesas)	Compartilhamento (8)	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)	Outros resultados - receita (7)	Debêntures - despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar debêntures	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1 e 2)	(45.417)	(9.138)	-	-	(14.983)	(19.717)	(97.875)	-
ESS (3)	-	867	(7.021)	-	-	164	-	(471)
EMT (3)	-	4.433	(2.113)	-	-	1.084	-	(66)
MULTIENERGISA (4)	(14.482)	-	-	-	-	(2.333)	-	-
ESOL (5)	(9.600)	-	-	-	-	(281)	-	-
ETO	-	2.524	-	-	-	543	-	-
EAC	-	470	-	-	-	74	-	-
EBO	-	211	-	-	-	26	-	-

Notas Explicativas

EMR	-	(6.659)	-	-	-	(1.229)	-	-
ESE	-	874	-	-	-	183	-	-
EPB	-	(9.301)	-	-	-	(1.966)	-	-
ERO	-	1.332	-	-	-	275	-	-
ECOM	-	(260)	-	-	-	(59)	-	-
EGO ⁽⁶⁾	-	30	(272)	-	-	8	-	-
EPA I ⁽⁶⁾	-	38	(272)	-	-	10	-	-
EPA II ⁽⁶⁾	-	19	(173)	-	-	5	-	-
ETT	-	5	-	-	-	1	-	-
EAM ⁽⁶⁾	-	1	(35)	-	-	-	-	-
EPTE ⁽⁶⁾	-	-	(14)	-	-	-	-	-
LMTE ⁽⁶⁾	-	-	(462)	-	-	-	-	(23)
LXTE ⁽⁶⁾	-	-	(556)	-	-	-	-	(28)
LTTE ⁽⁶⁾	-	-	(183)	-	-	-	-	(10)
ALSOL ⁽⁹⁾	-	-	-	-	-	(296)	-	-
2022	(69.499)	(14.554)	(11.101)	-	(14.983)	(23.508)	(97.875)	(598)
2021	(57.721)	(11.372)	(9.338)	25.066	(18.264)	(9.443)	(150.978)	(265)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$132.887, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽²⁾ **Debêntures** - a Companhia efetuou a 9ª e 15ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2022 o valor atualizado é de R\$97.875 (R\$150.978 em 2021);

⁽³⁾ **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;

⁽⁴⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

⁽⁵⁾ Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

⁽⁶⁾ Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025; e

⁽⁷⁾ Refere-se ao montante recebido do Fundo de Investimento - FIDC por conta da cessão dos créditos realizados no período, nota explicativa nº 27.

⁽⁸⁾ **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

⁽⁹⁾ Refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D, cujo prazo de contratação encerra-se em dezembro/2023.

Remuneração dos administradores

	2022	2021
--	------	------

Notas Explicativas

Remuneração Anual ⁽¹⁾	6.663	5.500
Remuneração dos membros do conselho de administração	317	353
Remuneração da Diretoria	2.289	2.072
Outros Benefícios ⁽²⁾	1.910	2.465

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado na AGO/E de 28 de abril de 2022.

⁽²⁾ Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$68 e R\$3 (R\$ 60 e R\$2) respectivamente. A remuneração média no exercício de 2022 foi de R\$21 (R\$19 em 2021).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP (1)	2º programa ILP (1)	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Opções de ações prescritas	-	-	1.941	2.161	3.036
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Total de opções de ações outorgadas	18.538	15.359	15.151	17.513	26.212
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,20%	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade ⁽²⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 e 12 maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, cujo montante foi de R\$665 representativo de 14.119 Units e R\$612 representativo de 13.919 Units, respectivamente, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Notas Explicativas

No exercício de 2022, foram reconhecidos R\$604 (R\$832 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2022, foi e R\$2.157 (R\$1.785 em 2021).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Ativo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	74.785	88.358
Contribuição social sobre o lucro líquido	26.922	31.809
Total	101.707	120.167
Passivo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	146.290	134.821
Contribuição social sobre o lucro líquido	52.665	48.536
Total	198.955	183.357
Total líquido - (passivo) não circulante	(97.248)	(63.190)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	54.208	18.431	82.702	28.119
Amortização do ágio	53.828	18.302	64.594	21.962
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	46.433	15.787	50.217	17.074
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	104.029	35.370	88.791	30.189
Outras adições temporárias	11.245	3.822	15.304	5.203
Marcação a mercado - dívida	(18.670)	(6.348)	7.640	2.598
Ajuste a valor presente	24.275	8.254	21.400	7.276
Provisão ajuste atuarial	5.120	1.741	22.783	7.746
Marcação a mercado derivativo	(50.833)	(17.283)	(117.240)	(39.862)
Parcela do VNR do ativo financeiro	(515.659)	(175.324)	(422.044)	(143.495)
Total líquido - (passivo) não circulante	(286.024)	(97.248)	(185.853)	(63.190)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2023	16.659
2024	18.326

Notas Explicativas

2025	20.497
2026	23.228
2027	22.997
Total	101.707

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (*)	807.774	830.073
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(274.643)	(282.225)
Ajustes:		
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores não constituídos	474	(368)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	13.731	4.566
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽²⁾	9.9511	8.769
Imposto de renda e contribuição social^(*)	(250.927)	(269.258)
Alíquota efetiva	31,06%	32,44%

(*) O resultado antes dos tributos sobre o lucro e imposto de renda e contribuição social em 2021 foram reapresentados conforme nota explicativa 3.3

(1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

(2) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2022, compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos

Notas Explicativas

financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinado pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado de 2022 como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$95.940 (R\$139.981 em 2021).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2022	2021
Ativo financeiro valor justo em 2021 e 2020	1.599.382	1.251.680
Adições no exercício ⁽¹⁾	462.062	212.600
Baixas no exercício	(9.202)	(4.879)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	95.940	139.981
Ativo financeiro valor justo em 2022 e 2021	2.148.182	1.599.382

⁽¹⁾ Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	223.035	807.908	(253.704)	(535.306)	241.933
(-) Obrigações vinculadas à concessão					
Em construção	15.217	106.400	(22.299)	(73.244)	26.074
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	207.818	701.508	(231.405)	(462.062)	215.859

	Saldos em 2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	115.061	500.223	(149.158)	(243.091)	223.035
(-) Obrigações vinculadas à concessão					
Em construção	12.231	43.757	(10.280)	(30.491)	15.217
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	102.830	456.466	(138.878)	(212.600)	207.818

⁽¹⁾ O montante de R\$231.405 (R\$138.878 em 2021) foi transferido para o intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$462.062 (R\$212.600 em 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	876	-	1.476	-	-	2.352
Máquinas e Equipamentos	14,36%	46.290	-	5.787	(7)	-	52.070
Veículos	14,29%	146	-	-	-	-	146
Móveis e utensílios	6,23%	7.597	-	184	-	-	7.781
Total do imobilizado em serviço		54.909	-	7.447	(7)	-	62.349
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(2)	-	-	-	(39)	(41)
Máquinas e Equipamentos		(38.194)	-	-	2	(2.337)	(40.529)
Veículos		(10)	-	-	-	(22)	(32)
Móveis e utensílios		(5.607)	-	-	-	(280)	(5.887)
Total Depreciação acumulada		(43.813)	-	-	2	(2.678)	(46.489)
Subtotal Imobilizado		11.096	-	7.447	(5)	(2.678)	15.860
Imobilizado em curso		2.120	7.735	(7.483)	-	-	2.372
Total do Imobilizado		13.216	7.735	(36)	(5)	(2.678)	18.232

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	-	-	876	-	876
Máquinas e Equipamentos	15,76%	42.560	-	3.730	-	46.290
Veículos	14,29%	-	-	146	-	146
Móveis e utensílios	6,25%	7.473	-	124	-	7.597
Total do imobilizado em serviço		50.033	-	4.876	-	54.909
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e Equipamentos		(36.054)	-	(4)	(2.136)	(38.194)
Veículos		-	-	-	(10)	(10)
Móveis e utensílios		(5.302)	-	-	(305)	(5.607)
Total Depreciação acumulada		(41.356)	-	(4)	(2.453)	(43.813)
Subtotal Imobilizado		8.677	-	4.872	(2.453)	11.096
Imobilizado em curso		1.615	5.381	(4.876)	-	2.120
Total do Imobilizado		10.292	5.381	(4)	(2.453)	13.216

⁽¹⁾ O montante de R\$(36), (R\$ (4) em 2021), refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

Notas Explicativas

16. Intangível

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	738.738	644.442
Intangível - direito de uso	2.203	3.368
Intangível - software	39.517	32.825
Total	780.458	680.635

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2022
Intangível Em Serviço						
Custo	4,67%	2.706.311	299.855	(44.243)	-	2.961.923
Amortização Acumulada		(1.888.790)	(46.115)	34.375	(167.628)	(2.068.158)
Subtotal		817.521	253.740	(9.868)	(167.628)	893.765
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	4,28%	816.851	22.374	-	-	839.225
Amortização Acumulada		(643.772)	(75)	-	(40.351)	(684.198)
Subtotal		173.079	22.299	-	(40.351)	155.027
Total do Intangível - contrato de concessão		644.442	231.441	(9.868)	(127.277)	738.738

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4,36%	2.595.009	149.158	(37.856)	-	2.706.311
Amortização Acumulada		(1.784.412)	4	28.580	(132.962)	(1.888.790)
Subtotal		810.597	149.162	(9.276)	(132.962)	817.521
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,85%	806.571	10.280	-	-	816.851
Amortização Acumulada		(606.816)	-	-	(36.956)	(643.772)
Subtotal		199.755	10.280	-	(36.956)	173.079
Total do Intangível - contrato de concessão		610.842	138.882	(9.276)	(96.006)	644.442

(1) O montante de R\$231.441 (R\$138.878 em 2021), R\$ 231.405 foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção e R\$36 (R\$4 em 2021), refere-se às reclassificações para o imobilizado.

(2) O montante de R\$9.868 (R\$9.276 em 2021), referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$4.930 (R\$3.885 em 2021).

Notas Explicativas

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,67% (4,36% em 2021).

Obrigações vinculadas à concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	Saldos em 2022	Saldos em 2021
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	243.663	190.602
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	809.717	756.303
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(684.198)	(643.772)
Total	431.935	365.886
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	250.834	177.590
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	26.074	15.217
Intangível - contrato de concessão	155.027	173.079
Total	431.935	365.886

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	11,78%	9.888	-	9.888
Amortização Acumulada		(6.520)	(1.165)	(7.685)
Total do Intangível - direito de uso		3.368	(1.165)	2.203

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso - Imóveis							
Custo	19,91%	11.152	2.343	127	(3.734)	-	9.888
Amortização Acumulada		(4.424)	-	(127)	-	(1.969)	(6.520)
Total do Intangível - direito de uso		6.728	2.343	-	(3.734)	(1.969)	3.368

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software						
Custo	20,00%	113.947	-	14.330	-	128.277
Amortização Acumulada		(92.914)	-	-	(10.537)	(103.451)
Em curso		11.792	17.229	(14.330)	-	14.691
Total do Intangível - software		32.825	17.229	-	(10.537)	39.517

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software						
Custo	20,00%	108.826	-	5.121	-	113.947
Amortização Acumulada		(83.870)	-	-	(9.044)	(92.914)
Em curso		7.026	9.887	(5.121)	-	11.792
Total do Intangível - software		31.982	9.887	-	(9.044)	32.825

17. Fornecedores

	2022	2021
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	164.114	174.102
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	13.572	21.036
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	1.203	865
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	23.550	17.572
Encargos do Serviço do Sistema - ESS ⁽³⁾	277	91.720
Encargo de conexão ⁽¹⁾	6.352	11.140
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	78.164	51.831
Total	287.232	368.266
Circulante	265.917	347.757
Não circulante	21.315	20.509

⁽¹⁾ **Contratos de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de novembro-dezembro/22

Notas Explicativas

comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

- (3) **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.
- (4) **Materiais, serviços e outros** - referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	547	41	(552)	(5)	10	-	-	41
IPCA	272.556	-	(16.928)	(13.090)	29.687	-	-	272.225
CDI	565.362	400.000	(25.696)	(49.769)	100.670	-	-	990.567
TR	291.785	-	-	(23.927)	24.286	-	-	292.144
(-) Custos com captação	(1.496)	-	-	-	945	(3.066)	-	(3.617)
Total ao custo amortizado	1.128.754	400.041	(43.176)	(86.791)	155.598	(3.066)	-	1.551.360
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	318.146	300.000	(69.775)	(8.627)	(2.423)	-	-	537.321
Euro	71.635	64.015	(64.034)	(1.168)	(7.425)	-	-	63.023
(-) Custos com captação	(92)	-	-	-	92	-	-	-
Marcação a mercado	(1.508)	-	-	-	-	-	1.085	(423)
Total ao valor justo	388.181	364.015	(133.809)	(9.795)	(9.756)	-	1.085	599.921
Total	1.516.935	764.056	(176.985)	(96.586)	145.842	(3.066)	1.085	2.151.281
Circulante	203.968							408.128
Não circulante	1.312.967							1.743.153

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	-	542	(42)	(20)	67	-	-	547
IPCA	-	255.208	-	(5.055)	22.403	-	-	272.556
CDI	441.413	200.000	(78.443)	(27.121)	29.513	-	-	565.362
TR	291.571	-	-	(19.258)	19.472	-	-	291.785
(-) Custos com captação	(230)	-	-	-	421	(1.687)	-	(1.496)
Total do custo	732.754	455.750	(78.485)	(51.454)	71.876	(1.687)	-	1.128.754

Notas Explicativas

Mensurados ao valor

justo

Moeda Estrangeira

Dólar	150.267	224.199	(76.678)	(4.411)	24.769	-	-	318.146
Euro	72.278	-	-	(850)	207	-	-	71.635
(-) Custos com captação	(314)	-	-	-	222	-	-	(92)
Marcação a mercado	1.202	-	-	-	-	-	(2.710)	(1.508)
Total ao valor justo	223.433	224.199	(76.678)	(5.261)	25.198	-	(2.710)	388.181
Total	956.187	679.949	(155.163)	(56.715)	97.074	(1.687)	(2.710)	1.516.935
Circulante	242.117							203.968
Não circulante	714.070							1.312.967

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1)	Garantias (2)
	2022	2021					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	292.144	291.785	TR + 7.00% a.a.	out-34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	177.523	202.403	CDI + 0.70% a.a.	abr-31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória (3)	85.912	75.735	CDI + 0.95% a.a.	mar-23	Final	13,34%	A
CCB Safra 001660014	80.414	80.230	CDI + 1.80% a.a.	jun-23	Final	14,19%	A
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (3)	109.063	118.850	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out-27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (3)	163.162	153.706	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez-34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO 2020 (4)	-	547	INPC + 5.00% a.a.	abr-29	Mensal a partir de jan/21	10,93%	A
Nota Promissória 3ª emissão (3)	59.234	51.809	CDI + 1.75% a.a.	jul-24	Final	14,14%	A
SANTANDER CCB 1038715 (3)	159.515	155.185	CDI + 1.60% a.a.	jul-23	Final	13,99%	A
ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2022 (4)	41	-	INPC + 5.17% a.a.	fev-38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
EMS - 1ª Nota Comercial 1ª Série (3)	213.909	-	CDI + 1.40% a.a.	jul/25	Final	13,79%	A
EMS - 1ª Nota Comercial 2ª Série (3)	214.060	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(3.617)	(1.496)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	1.551.360	1.128.754					
Loan Citi - 4131 (3 e 5)	-	40.346	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC- 4131 (3 e 5)	-	40.337	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,30%	A
Loan Citi - 4131 (3 e 5)	63.023	-	EURO + 1.60% a.a.	mar/25	Final	-10,29%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (3 e 5)	-	71.635	EURO + 0.99% a.a.	mai/22	Final	-10,90%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (3 e 5)	80.484	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-4,67%	A
Loan Citi - 59382 (3 e 5)	142.827	151.383	LIBOR + 1.16% a.a.	jul/24	Final	-2,94%	A
Loan Citi - 59382 (3 e 5)	163.638	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-3,60%	A
Scotiabank Loan 4131 10122022 (3 e 5)	150.372	-	USD + 4,48% a.a.	dez-25	Final	-2,02%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(92)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (6)	(423)	(1.508)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	599.921	388.181					
Total	2.151.281	1.516.935					

Notas Explicativas

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas em 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 30;
- (2) A=Aval Energisa S/A e R=Recebíveis.
- (3) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, listadas a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)		
(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Para os financiamentos do BNDES, Nota Comercial, Nota promissória 3ª Emissão, Santander 4131, BAML Loan 4131, Scotiabank Loan 4131 e Cit 4131, o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 30). Em 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2021 e 2020;
- (5) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos); e
- (6) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 30).

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$23.492 (R\$31.846 em 2021), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ x R\$	(6,50%)	7,39%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
LIBOR	2,40%	0,16%
TR	1,63%	0,05%
Euro x R\$	(11,89%)	(0,89%)
SOFR	1,90%	0,00%
INPC	5,93%	(0,89%)

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	476.739
2025	556.128
2026	144.332

Notas Explicativas

2027	44.558
Após 2027	521.396
Total	1.743.153

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	420.729	150.000	(162.603)	(48.007)	55.445	-	-	415.564
IPCA	625.201	-	(14.073)	(34.046)	69.333	-	-	646.415
(-) Custos com captação	(14.424)	-	-	-	2.140	(643)	-	(12.927)
Marcação a mercado	9.148	-	-	-	-	-	(27.395)	(18.247)
Total do custo	1.040.654	150.000	(176.676)	(82.053)	126.918	(643)	(27.395)	1.030.805
Circulante	189.591							132.028
Não circulante	851.063							898.777

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	608.395	-	(196.262)	(18.144)	26.740	-	-	420.729
IPCA	266.273	320.000	-	(13.068)	51.996	-	-	625.201
(-) Custos com captação	(5.190)	-	-	-	1.387	(10.621)	-	(14.424)
Marcação a mercado	23.986	-	-	-	-	-	(14.838)	9.148
Total do custo	893.464	320.000	(196.262)	(31.212)	80.123	(10.621)	(14.838)	1.040.654
Circulante	198.356							189.591
Não circulante	695.108							851.063

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	2022	2021							
Debêntures 8ª Emissão	-	102.263	15/09/2017	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	13,32%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	-	13.614	15/10/2017	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	10,27%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.680	2.538	15/10/2017	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	10,49%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.992	4.728	15/10/2017	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	10,89%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	-	44.590	15/10/2017	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	13,35%	SG
Debêntures 11ª Emissão	199.370	188.843	15/09/2018	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	10,86%	A

Notas Explicativas

Debêntures 12ª Emissão	110.829	110.623	10/06/2019	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	13,12%	A
Debêntures 13ª Emissão	-	19.339	22/01/2020	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	13,09%	A
Debêntures 14ª Emissão	146.919	143.914	25/08/2020	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	14,69%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	10.327	9.789	11/10/2020	8.590 / 8.590	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	10,01%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	79.876	75.719	11/10/2020	66.410 / 66.410	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	10,25%	SG
Debêntures 16ª Emissão	349.170	329.970	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	11,87%	A
Debêntures 17ª Emissão	157.816	-	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de ago/26	13,99%	A
(-) Custos de captação	(12.927)	(14.424)							
Marcação à Mercado de Dívida	(18.247)	9.148							
Total	1.030.805	1.040.654							

(1) A=Aval Energisa S/A e SG=Sem Garantia

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual
(*)EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Para 14ª e 17ª emissão de debêntures da Companhia o limite é de 4,25x até o vencimento.	

(*) O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	221.659
2025	109.213
2026	73.585
2027	88.582
Após 2027	405.738
Total	898.777

Em 22 de agosto de 2022 a Companhia efetuou a 17ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$150.000 com vencimento em 22 de agosto de 2027 com remuneração de CDI mais 1,60% Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 23 de agosto de 2022 e serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Notas Explicativas

20. Impostos e contribuições sociais

	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS ⁽¹⁾	76.507	72.739
Encargos sociais	13.213	13.179
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	10.664	21.422
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.081	8.402
Contribuição ao PIS e a COFINS	26.309	20.967
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.194	1.503
Imposto sobre serviço - ISS	3.895	1.580
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	2.734	2.089
Outros	23	26
Total	139.620	141.907
Circulante	95.309	106.049
Não circulante	44.311	35.858

⁽¹⁾ Inclui R\$28.335 (R\$20.016 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (nota explicativa nº 5).

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente o a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em 11 de março de 2022 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região decisão favorável ao processo da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo de R\$458.898 (R\$531.498 em 2021) e no passivo não circulante de R\$450.999 (R\$525.926 em 2021), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais

Notas Explicativas

transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. O resumo dos impactos são como segue:

	2022	2021
Saldos em 2021 - passivo não circulante	525.926	-
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	414.777
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	44.595	116.822
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(2.079)	(5.673)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ⁽¹⁾	(117.443)	-
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	450.999	525.926

⁽¹⁾ Conforme nota explicativa nº 8, foi incorporado em sua tarifa de energia elétrica cerca de R\$117.443, referente aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

⁽²⁾

22. Encargos setoriais e incorporação de redes

22.1. Encargos setoriais

	2022	2021 (reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.828	9.828
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	906	1.129
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	453	566
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	3.440	4.910
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	20.812	15.711
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	13.388	22.328
Total	48.827	54.472
Circulante	34.363	37.617
Não circulante	14.464	16.855

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de

Notas Explicativas

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa Outros créditos - ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado.

Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	8.236	5.965
Adição	33.684	796
Atualização monetária e juros	6.806	2.328
Baixas - pagamentos	(4.222)	(853)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	44.504	8.236

23. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Notas Explicativas

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	42.983	35.263	852	3.604	82.702	124.510
Constituições de provisões	34.357	21.089	-	-	55.446	16.667
Reversões de provisões	(28.378)	(11.620)	(397)	-	(40.395)	(12.020)
Pagamentos realizados	(30.288)	(11.095)	-	-	(41.383)	(51.717)
Atualização monetária	(3.233)	591	46	434	(2.162)	5.262
Saldos em 2022 e 2021	15.441	34.228	501	4.038	54.208	82.702
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾					(6.264)	(11.797)

⁽¹⁾ A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$55.278 (R\$70.406 em 2021). Desse total, R\$49.014 (R\$58.609 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais (reintegração, plano de saúde, sobreaviso) propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se a dois processos envolvendo discussões sobre multa do PROCON e questões previdenciárias.

Regulatórias

Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Notas Explicativas

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	19.028	342.013	22.431	1.841	385.313	420.658
Novos processos	1.211	816	-	-	2.027	44.401
Mudança de prognósticos e valor pedido	(4.349)	(5.916)	19.400	-	9.135	(96.851)
Encerramento de processos	(5.241)	(11.439)	(65)	-	(16.745)	(21.003)
Atualização monetária	1.087	19.939	2.362	222	23.610	38.108
Saldos em 2022 e 2021	11.736	345.413	44.128	2.063	403.340	385.313

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Principais processos

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$214.715 (R\$202.610 em 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalcule das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$75.900 (R\$75.225 em 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária envolvendo discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; e (ii) diferença no recolhimento da Contribuição Previdenciária.

Principal processo

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$83.307 (R\$74.361 em 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

Notas Explicativas

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 2021) e está representado por 647.015 (647.015 em 2021) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

24.2. Reserva de capital

	2022	2021
Reserva especial de ágio ⁽¹⁾	116.944	116.944
Remuneração das imobilizações em curso	1.650	1.650
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	2.157	1.785
Total	120.751	120.379

⁽¹⁾ Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S/A, representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99.

⁽²⁾ Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (nota explicativa nº 11).

24.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

24.4. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício ^(*)	556.847	601.443
Absorção de prejuízos	(7.192)	-
Reserva legal (5%) (nota explicativa 24.3)	(27.483)	-
Lucro líquido ajustado	522.172	601.443
Dividendos obrigatórios (25%)	130.543	150.361
. Valores pagos em 26 de maio de 2021 - correspondem a R\$185,775273850 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	120.200
. Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$285,44727592096 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021 - R\$214,4543213218) por ação ordinária ⁽¹⁾	184.689	138.755
. Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$221,0700000000 (Valores pagos em 08 de dezembro de 2021 - R\$260,79175932552) por ação ordinária ⁽¹⁾	143.035	168.736
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$300,528167567045 (R\$268,5442070277 em 2021) por ação ordinária (2)	194.448	173.752
Total dos dividendos	522.172	601.443
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

^(*) O Lucro líquido do exercício em 2021 foi reapresentado conforme nota explicativa 3.3.

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 11 de agosto e 9 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente.

Notas Explicativas

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

24.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	(8.348)	(18.072)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	19.995	14.732
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(6.798)	(5.008)
Saldo final - 2022 e 2021	4.849	(8.348)

25. Receita operacional

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	925.231	2.004.667	1.902.291	894.917	2.049.613	1.880.442
Industrial	6.846	237.261	229.990	6.980	266.041	226.413
Comercial	80.855	854.113	864.099	80.350	883.857	816.183
Rural	78.542	554.178	507.344	88.509	604.116	496.488
Poder público	8.939	233.863	226.773	8.804	214.315	191.571
Iluminação pública	2.974	207.403	121.185	2.903	210.613	119.226
Serviço público	1.441	129.906	110.389	1.453	139.484	106.719
Consumo próprio	234	7.397	-	230	7.195	-
Subtotal	1.105.062	4.228.788	3.962.071	1.084.146	4.375.234	3.837.042
Suprimento de energia a concessionárias	-	945.106	56.468	-	580.379	222.972
Fornecimento não faturado líquido	-	(10.180)	10.066	-	5.293	74.181
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	396	-	448.999	318	-	346.981
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	35.478
Bônus - reembolso do fundo CDE	-	-	-	-	-	35.478
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	658.185	-	-	448.976
Efeitos da redução do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	-	-	(414.776)
Efeitos da redução do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	-	-	414.776
Penalidades regulatórias	-	-	(20.362)	-	-	(11.981)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	95.940	-	-	139.981
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	266.046	-	-	387.649
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	253.219	-	-	222.605
Outras receitas operacionais	-	-	66.224	-	-	58.976

Notas Explicativas

Total - receita operacional bruta	1.105.458	5.163.714	5.796.856	1.084.464	4.960.906	5.727.382
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	723.790	-	-	745.868
PIS	-	-	71.062	-	-	77.375
COFINS	-	-	327.316	-	-	356.393
ISS	-	-	93	-	-	90
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT	-	-	-	-	-	2.733
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	13.146	-	-	13.979
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	3.286	-	-	3.495
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	556.118	-	-	387.434
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	6.573	-	-	6.989
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	6.573	-	-	6.989
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.286	-	-	3.495
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	7.199	-	-	5.970
Total - deduções receita operacional	-	-	1.718.442	-	-	1.605.344
Total - receita operacional líquida	1.105.458	5.163.714	4.078.414	1.084.464	4.960.906	4.122.038

⁽¹⁾ **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros		2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	1.378.970	-	-	-	1.378.970	1.881.912
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	331.040	-	-	-	331.040	296.234
Pessoal e administradores	-	107.668	6	50.447	158.121	195.684
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	604	604	832
Benefícios pós emprego	-	3.070	-	1.160	4.230	4.467
Material	-	15.963	50	15.787	31.800	28.657
Serviços de terceiros	-	89.119	403	105.917	195.439	175.864
Depreciação e amortização	-	122.175	-	14.552	136.727	105.587
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	-	66.063	-	-	66.063	48.786
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	-	15.356	15.356	(47.070)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	658.185	-	658.185	448.976
Outros	-	11.070	-	16.771	27.841	33.385
Total	1.710.010	415.128	658.644	220.594	3.004.376	3.173.314

Notas Explicativas

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽²⁾		Valores em R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipú - Binacional	937.631	955.857	276.963	420.329
Energia de Leilão	3.181.249	2.872.781	737.786	774.090
Energia Bilateral	189.225	390.779	59.191	97.842
Cotas de Angra	175.108	181.997	60.063	44.794
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	16.136	44.214	63.541	408.537
Cotas Garantia Física	1.314.869	1.294.671	176.726	253.702
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	103.338	109.682	73.154	50.305
Energia de reserva - ERR	-	-	71.512	19.022
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(139.966)	(186.709)
Total	5.917.556	5.849.981	1.378.970	1.881.912

⁽¹⁾ Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

⁽²⁾ Informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

27. Outros Resultados

	2022	2021
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	6.068	4.447
Superávit - Fundo Previdenciário Patronal ⁽¹⁾	-	1.940
Resultado com cessão de créditos de FIDC ⁽²⁾	-	22.183
Outras	742	2.017
	6.810	30.587
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(26.522)	(26.775)
Outras	(5.961)	(5.241)
	(32.483)	(32.016)
Total	(25.673)	(1.429)

⁽¹⁾ **Fundo Previdenciário Patronal** - reconhecimento do superávit do plano de previdência originado das parcelas das contribuições patronais não recebidas pelos participantes, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

⁽²⁾ **Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento:** em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S.A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs. Em 2022 foram recebidos o montante de R\$25.066.

Notas Explicativas

28. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	43.967	11.494
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	58.314	69.006
Juros ativos	358	334
Juros Selic s/impostos a recuperar	483	1.291
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	27.473	8.245
Variação cambial Energia Itaipu	6.603	5.176
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	44.843	116.721
Outras	1.316	2.924
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(8.522)	(10.002)
Total das receitas financeiras	174.835	205.189
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(244.893)	(107.280)
Encargos de dívidas - Variação monetária e cambial	(27.867)	(69.917)
Transferência para ordens em curso	4.779	2.471
Marcação a mercado da dívida	26.310	17.548
Marcação a mercado de derivativos	(32.180)	(24.729)
Instrumentos financeiros derivativos	(72.243)	45.934
Ajuste a valor presente	(2.805)	(15.506)
Atualização PEE e P&D	(1.863)	(714)
Despesas com IOF	(4)	(26)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(11.211)	(21.370)
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	(6.806)	(2.328)
Juros e Multas	(547)	(17.467)
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	(2.235)	(2.364)
Atualização monetária de provisão para riscos	2.162	(5.262)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(44.595)	(116.822)
Outras	(1.428)	(4.579)
Total despesa financeira	(415.426)	(322.411)
Despesas financeiras líquidas	(240.591)	(117.222)

29. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	556.847	560.815
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	647	647
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária ⁽¹⁾	860,66	866,79

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

Notas Explicativas

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R\$95.940 (R\$139.981 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021 (reapresentado)	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		111.683	111.683	32.462	32.462
Consumidores e concessionárias		739.147	739.147	782.000	782.000
Ativos financeiros setoriais		314.274	314.274	414.586	414.586
		1.165.104	1.165.104	1.229.048	1.229.048
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	327.270	327.270	328.652	328.652
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	2.148.182	2.148.182	1.599.382	1.599.382
Instrumentos financeiros derivativos	2	139.312	139.312	173.623	173.623
		2.614.764	2.614.764	2.101.657	2.101.657

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		287.232	287.232	368.266	368.266
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		3.182.086	3.188.074	2.557.589	2.562.601
Arrendamentos operacionais		2.518	2.518	3.632	3.632
Passivos financeiros setoriais		166.889	166.889	216.618	216.618
		3.638.725	3.644.713	3.146.105	3.151.117
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	88.479	88.479	56.383	56.383
		88.479	88.479	56.383	56.383

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

Notas Explicativas

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*". Em 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$27.395 (R\$14.838 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "*Fair Value Option*" foi impactado em R\$1.085 (R\$2.710 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a

Notas Explicativas

Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2022	2021 (reapresentado)
Dívida ⁽¹⁾	3.182.086	4.550.703
Caixa e equivalentes de caixa	(111.683)	(32.462)
Dívida líquida	3.070.403	4.518.241
Patrimônio líquido	964.263	895.323
Índice de endividamento líquido	3,18	5,05

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		265.917	-	-	-	21.315	287.232
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,42%	325.459	410.462	1.727.316	530.284	1.515.269	4.508.790
Instrumentos Financeiros Derivativos		52.116	31.149	(45.369)	(14.187)	(74.542)	(50.833)
Total		643.492	441.611	1.681.947	516.097	1.462.042	4.745.189

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2022	2021 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	111.683	32.462
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	327.270	328.652
Consumidores e concessionárias	6	739.147	782.000
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	2.148.182	1.599.382
Ativos financeiros setoriais	9	314.274	414.586
Instrumentos financeiros derivativos	30	139.312	173.623

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados nas notas explicativas nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2177/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2022 era de 16,00% enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício de 2022, com baixa de 11,89% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a 5,5694 R\$/Euro. A volatilidade do Euro era de 16,93% em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2022, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R\$3.198.630 (R\$2.573.601 em 2021), R\$599.921 (R\$388.273 em 2021) estão representados em moeda estrangeira.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

Em 31 de dezembro de 2022 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentem conforme segue:

	2022	2021
Ativo circulante	5.214	58.889
Ativo não circulante	134.098	114.734
Total do ativo	139.312	173.623
Passivo circulante	88.479	56.383
Total do passivo	88.479	56.383

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
	(moeda estrangeira)	Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	27.053	(LIBOR + 1,16%) x 117,647%	CDI + 1,75%	29/07/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,265%	CDI + 1,45%	15/12/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML x EMS	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
Itau BBA x EMS	148.501	IPCA + 4,8800%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A.
JP Morgan X EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	588.213	319.199	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(599.812)	(388.288)
Swap Cambial (Derivativo)	588.213	319.199	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	599.812	388.288
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(600.815)	(323.925)
			Posição Líquida Swap	(1.003)	64.363
			Posição Líquida Dívida + Swap	(600.815)	(323.925)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	707.989	718.751	Taxa Pré-Fixada	(538.711)	(548.765)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	707.989	718.751	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	781.699	783.529
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(729.863)	(730.652)
			Posição Líquida Swap	51.836	52.877
			Posição Líquida Dívida + Swap	(486.875)	(495.888)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moeda estrangeira também foram obtidas na BM&F.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais).

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(588.213)		(495.120)	(621.799)	(748.479)
Variação Dívida			93.093	(33.586)	(160.266)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	599.812	Alta Câmbio	506.719	633.398	760.078
Variação			(93.093)	33.586	160.266
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(600.815)		(600.815)	(600.815)	(600.815)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(1.003)		(94.096)	32.583	159.263
Total Líquido	(589.216)		(589.216)	(589.216)	(589.216)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa de moeda estrangeira futura do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de moeda estrangeira é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$589.216 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$589.216 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(707.989)		(707.989)	(707.989)	(707.989)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	781.699	781.699	781.699	781.699
Varição - Taxa de Juros	-	-	-	-
Posição Passiva				
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(729.863)	(729.863)	(798.585)	(866.260)
Varição - CDI + TJLP	-	-	(68.722)	(136.397)
Subtotal	51.836	51.836	(16.886)	(84.561)
Total Líquido	(656.153)	(656.153)	(724.875)	(792.550)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	391.193	Alta do CDI	47.921	59.901	71.882
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(600.815)	Alta do CDI	(73.600)	(92.000)	(110.400)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.406.131)	Alta do CDI	(172.251)	(215.314)	(258.377)
	(900.393)	Alta do IPCA	(52.043)	(65.054)	(78.065)
	(41)	Alta do INPC	(2)	(3)	(3)
	(292.144)	Alta do TR	(4.762)	(5.953)	(7.143)
Subtotal ⁽²⁾	(3.199.524)		(302.658)	(378.324)	(453.988)
Total (Perdas)	(2.808.331)		(254.737)	(318.423)	(382.106)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78% ao ano, INPC 5,93% ao ano e TR 1,63% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$894

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas

31. Benefícios pós-emprego

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2022	2021
Contrato Migração 2020 - Plano CD	18	-	547
Contrato de equacionamento do déficit - Planos I, II e R		41	-
Provisão atuarial - Previdência	31.1	-	-
Provisão atuarial - Saúde	31.2	4.526	22.240
Total		4.567	22.787
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	41	547
Benefícios pós-emprego	31	4.526	22.240

31.1. Plano suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

A contribuição da patrocinadora para os planos benefícios durante o exercício de 2021 foi de R\$4.134 (R\$3.530 em 2021). Os planos de benefício patrocinados pela Companhia são como segue:

a. Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

b. Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Notas Explicativas

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido. O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

c. Plano Energisa Sudeste

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019.

d. Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição de participantes e beneficiários do plano é como segue:

Participantes e beneficiários	2022	2021
Ativos	1.089	1.030
Autopatrocinados	7	4
BPD	23	12
Assistidos	256	225
Total	1.375	1.271

A contribuição da patrocinadora para os planos benefícios durante o exercício de 2022 foi de R\$422 (R\$3.530 em 2021).

Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos I, II, Elétricas OP e R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021, novembro/2021 e julho/2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1° Tranche		2° Tranche		3° Tranche		4° Tranche		ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO
Plano I	0%	41%	100%	8%	0%	0%	0%	8%	100%	56%
Plano II	72%	43%	21%	16%	4%	3%	1%	2%	98%	64%
Elétricas OP + R	76%	0%	19%	0%	1%	0%	1%	0%	98%	0%

Notas Explicativas

31.1.1. Situação Financeira dos planos de benefícios definidos - Avaliação Atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número participantes/beneficiários:

	2022			2021		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Número Participantes	-	20	2	-	27	2
Número Assistidos	124	46	-	147	49	-

b. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2022			2021		
	Plano I	Plano II	Plano R	Plano I	Plano II	Plano R

I - Tábuas Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Padrão	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Não Aplicável	Família Real	Família Real	Não Aplicável

II - Variáveis Econômicas

Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26% a.a	6,26% a.a	6,26% a.a	5,31% a.a.	5,31% a.a.	5,31% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	5,00% a.a	5,00% a.a	5,00% a.a	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,57% a.a	11,57% a.a	11,57% a.a	10,05% a.a.	10,05% a.a.	6,31% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	0,00%	8,02% a.a	8,02% a.a	Não aplicável	2,88% a.a.	2,88% a.a.
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	Nula	Nula	Nula

III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
--	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

Notas Explicativas

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2022				2021			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	63.816	30.676	1	94.493	86.242	66.891	2	153.135
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(3.030)	1.619	(1)	(1.412)	(13.946)	(20.914)	(2)	(34.862)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.171	2.998	-	9.169	4.949	4.133	-	9.082
Contribuições do empregador	-	5	1	6	-	204	1	205
Contribuições dos participantes do plano	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(4.592)	(2.414)	-	(7.006)	(4.941)	(2.593)	-	(7.534)
Custo do serviço passado (encurtamento)	(9.903)	(882)	-	(10.785)	(8.488)	(17.045)	-	(25.533)
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	52.462	32.002	1	84.465	63.816	30.676	1	94.493

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2022				2021			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	55.828	29.106	1	84.935	66.412	52.400	5	118.817
Custo do serviço corrente	-	6	-	6	-	-	1	1
Custo dos juros	5.368	2.840	-	8.208	3.779	3.218	-	6.997
Contribuições de participantes	-	-	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais	(4.345)	(1.901)	-	(6.246)	(2.911)	(8.347)	(4)	(11.262)
Benefícios pagos	(4.592)	(2.414)	-	(7.006)	(4.941)	(2.593)	(1)	(7.535)
Custo do serviço passado (encurtamento)	(8.404)	(477)	-	(8.881)	(6.511)	(15.572)	-	(22.083)
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	43.855	27.160	1	71.016	55.828	29.106	1	84.935

Posição Líquida dos planos	2022				2021			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos	52.462	32.002	1	84.465	63.816	30.676	1	94.493
Valor presente das obrigações	(43.855)	(27.160)	(1)	(71.016)	(55.828)	(29.106)	(1)	(84.935)
Posição Líquida	8.607	4.842	-	13.449	7.988	1.570	-	9.558
Limite do Ativo	(8.607)	(4.842)	-	(13.449)	(7.988)	(1.570)	-	(9.558)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras

Movimentação dos Saldos	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	-	3
Efeito em ORA	1	(2)
Contribuição do empregador	(1)	(2)
Efeito no resultado do exercício	-	1
Posição líquida em 2022 e 2021	-	-

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2022			2021		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Investimentos:						
Títulos públicos	96,18%	70,39%	67,48%	94,56%	65,64%	73,09%
Créditos privados e depósitos	0,00%	17,90%	2,47%	0,00%	17,33%	4,43%
Fundos de investimento	3,38%	11,04%	28,72%	4,03%	13,85%	21,13%
Empréstimos e financiamentos	0,44%	0,67%	1,33%	0,55%	0,72%	1,30%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,86%	2,46%	0,05%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2022			2021		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Valor presente das obrigações Atuariais real	40.470	27.160	1.746	50.329	29.107	1.487
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	41.457	27.808	1.782	51.593	29.838	1.524
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	39.519	26.535	1.718	49.112	28.403	1.451

31.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.
- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento.

Notas Explicativas

Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2022 é de R\$4.526 (R\$22.240 em 2021), tendo sido apurado no exercício redução no montante de R\$17.714 (constituição de R\$11.971 em 2021), dos quais R\$85 (R\$395 em 2021) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - custos e despesas de pessoal, R\$2.235 (R\$2.364 em 2021) em despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$20.036 (R\$14.730 em 2021) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). Em 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R\$6.008 (R\$15.112 em 2021). Inclui R\$87 (R\$395 em 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	22.240	34.211
Custo do serviço corrente	87	395
Custos sobre juros	2.235	2.364
Ganho/Perdas atuariais - ORA	(20.036)	(14.730)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	4.526	22.240
Circulante	623	2.322
Não circulante	3.903	19.918

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2023
Custo do serviço corrente	99
Custos dos juros	524
Total de despesa a ser reconhecida	623

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022		2021	
	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%
Expectativa Real de Inflação Futura	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	10,00%	9,50%	10,00%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	Nulo	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

32. Meio ambiente (*)

O Grupo Energisa adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente.

Para uma gestão sustentável, a EMS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais:

- Programa de Licenciamento Ambiental, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos;
- Programa de Arborização Urbana, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul;
- Programa de Educação Ambiental, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e subestações.

A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA dentre outros, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos.

Durante os temporais que atingiram Mato Grosso do Sul em outubro de 2021, quase 80% dos casos de interrupção do fornecimento de energia foram causados por árvores que caíram em cima da fiação elétrica. A intenção, agora, é evitar que casos semelhantes ocorram novamente.

Apesar da responsabilidade pela poda das árvores ser das administrações municipais, a Energisa tem focado na prevenção e, por isso, auxiliado na execução do serviço em árvores com eventuais impactos de proximidades das redes elétricas e tem buscado parceria das prefeituras, para agilizar a poda de árvores e, com isso minimizar os riscos de interrupção no fornecimento de energia elétrica no período de chuva. O trabalho será executado a quatro mãos, totalmente em parceria com os municípios.

Destaca-se ainda, a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos / isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas. Um dos grandes benefícios das trocas de cabos nus por protegidos e/ou isolados auxilia na Preservação dos Ninhos de Arara.

A Companhia possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final.

Notas Explicativas

Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades.

Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Companhia.

Toda a diversidade do bioma do Pantanal, a fauna e a flora são sensíveis as soluções tradicionais de eletrificação, como as redes de distribuição com a fiação exposta, que, pela característica do Pantanal, podem afetar aves de médio e grande porte. Para a instalação dos postes destas redes é necessário a abertura de faixas de passagem, estradas para transporte e infraestrutura pesada de construção. Além do mais, seria necessário a construção de duas subestações de porte para distribuir energia na região. A configuração de uma subestação é muito sensível ao regime de alagamentos da região e a sua construção exige o transporte de equipamentos pesados por uma região que não possui infraestrutura viária. Então, para levarmos energia, conforto e a segurança que a energia elétrica favorece à população do Pantanal a Energisa pesquisou alternativas técnico-econômicas de fontes de energia renováveis para a região e, a que melhor apresentou resultados foi a fonte solar voltaica. Hoje temos mais de 2.500 famílias atendidas na região e, sem ao menos retirar uma árvore do lugar.

Em 2022, o Projeto Ilumina Pantanal seguiu em andamento, projeto inovador que considera as características geográficas e ambientais da região do Pantanal. O Projeto contempla sistemas de geração solar individuais com sistema de baterias, operando off-grid. O fornecimento de energia elétrica ocorrerá com confiabilidade e, ao mesmo tempo, de forma sustentável, sem impactos ambientais.

No exercício de 2022 os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$ 28.977 (R\$56.912 em 2021).

33. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Riscos Operacionais	22/12/2023	90.000	829	671
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	613	479
Auto - Frota	23/10/2023	Até 1.110/veículos	146	116
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2024	150.060	445	416
Transporte Nacional	04/04/2023	Até 5.000/ viagem	21	20
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	53	50
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000	180	-
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2024	10.000	509	-
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	12/01/2024	1.060/drone	9	5
			2.805	1.757

Notas Explicativas

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2023 a 2055	1.260.702	1.241.457	1.249.081	1.202.399	14.751.505

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo no exercício em 31 de dezembro de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

35. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de ativos	454.260	212.600
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	95.940	139.981
Atividades operacionais		
Incorporação de rede	33.684	796
Fornecedores a prazo	26.541	15.985
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(1.391)
Atividades de investimentos		
Incorporação de rede	33.684	796
Aquisição de intangível em processo de pagamento	26.541	15.985
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(1.391)

36. Eventos subsequentes

36.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

36.2 Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

36.3 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais

Notas Explicativas

com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

36.4 Emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada indireta Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$200.000 em série única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano; os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023, os recursos em sua totalidade foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora.

36.5 Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$194.448, equivalentes a R\$300,52816756704700 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 16 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 15 de março de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório

de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 15 de março de 2023, sem modificação de opinião, incluindo parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ - Antônio Carlos Brandão de Sousa – Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 16 de março de 2023.

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Alane Fernandes Maciel
Contadora - CRC-TO 003103/O "S" MS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 16 de março de 2023.

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Alane Fernandes Maciel
Contadora - CRC-TO 003103/O "S" MS